

RUI MEDEIROS



**ENSAIO SOBRE
A RESPONSABILIDADE CIVIL
DO ESTADO
POR ACTOS LEGISLATIVOS**

Livraria ALMEDINA . Coimbra

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. O problema da responsabilidade civil do Estado por actos legislativos	9
2. Delimitação do objecto da investigação	24
3. Análise do Direito francês, alemão e italiano	27
3.1 Direito francês	28
3.2. Direito alemão	38
3.3. Direito italiano	55
4. Evolução do Direito português	65
5. Pressuposto para a compreensão do regime da responsabilidade civil do Estado por actos legislativos na Constituição actual: responsabilidade subjectiva e responsabilidade objectiva	74

PARTE I

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ACTOS LEGISLATIVOS ILÍCITOS E CULPOSOS

CAPÍTULO I

FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL: O ARTIGO 22º DA CONSTITUIÇÃO

1. O Estado responde pelos danos resultantes do exercício da função política, legislativa, jurisdicional e administrativa	85
2. Responsabilidade subjectiva ou objectiva? A interpretação da doutrina	88
3. Continuação: interpretação adoptada	92
3.1. O art. 22 CRP pressupõe uma acção ou omissão ilícita e culposa	92

a) <i>Responsabilidade solidária</i>	92
b) <i>Trabalhos preparatórios</i>	100
c) <i>Elemento sistemático</i>	103
d) <i>Crítica à tentativa de estender o âmbito do art. 22 CRP em nome do princípio do Estado de Direito</i>	109
3.2. Sentido da distinção da parte final do art.22: a compensação dos danos não patrimoniais	110
3.3. O direito de indemnização consagrado no art. 22 constitui um direito fundamental de natureza análoga à dos direitos, liberdades e garantias	121
4. Conclusões	122

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR POR ILÍCITO LEGISLATIVO
E EFEITOS PRINCIPAIS DA INCONSTITUCIONALIDADE
DA LEI

1. Considerações gerais	129
2. Autonomia da obrigação de indemnizar (por factos culposos)	133
3. A eficácia retroactiva da declaração de inconstitucionalidade	137
4. Respeito pelas relações jurídicas consolidadas	147
5. A limitação dos efeitos da inconstitucionalidade (art. 282 n°4 CRP) ..	155
a) <i>Limitação dos efeitos principais da inconstitucionalidade</i>	156
b) <i>Limitação da obrigação de indemnizar</i>	158
6. Conclusões	163

CAPÍTULO III
PRESSUPOSTOS

<u>Secção</u> I: Facto ilícito	165
<u>Secção</u> II: Culpa	175
1. Considerações gerais	175
2. A culpa na responsabilidade civil em geral	176
3. A culpa do legislador	188
<u>Secção</u> III: Dano indemnizável	193
1. Considerações gerais	193
2. Nexo de causalidade: imputação dos danos causados por actos de execução das leis ao Estado legislador	195

2.1. Principais opiniões	195
2.2. Solução adoptada	198
3. Relevância negativa da causa virtual: obrigação de indemnizar os danos causados por leis orgânico-formalmente inconstitucionais	205
Conclusões	213

**CAPÍTULO IV
FACTO DO LESADO**

1. Considerações gerais	217
2. Relevância do facto do lesado quando o dano provém dum acto administrativo	219
3. Relevância do facto do lesado quando o dano provém directamente de uma norma geral	223
4. Conclusões	229

**PARTE II
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
POR ACTOS LEGISLATIVOS LÍCITOS**

**CAPÍTULO I
FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL
E PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS**

<u>Secção</u> I: Introdução	235
<u>Secção</u> II: Princípio da igualdade perante os encargos públicos. Crítica ..	237
1. Considerações gerais	237
2. Crítica	239
<u>Secção</u> III: Direito de propriedade privada (art.62 CRP)	248
§ 1º Análise do direito de propriedade privada	248
1. Âmbito do direito de propriedade privada	248
a) <i>Considerações gerais</i>	248
b) <i>Direitos</i>	250
c) <i>Expectativas</i>	257
d) <i>Interesses legítimos</i>	260